

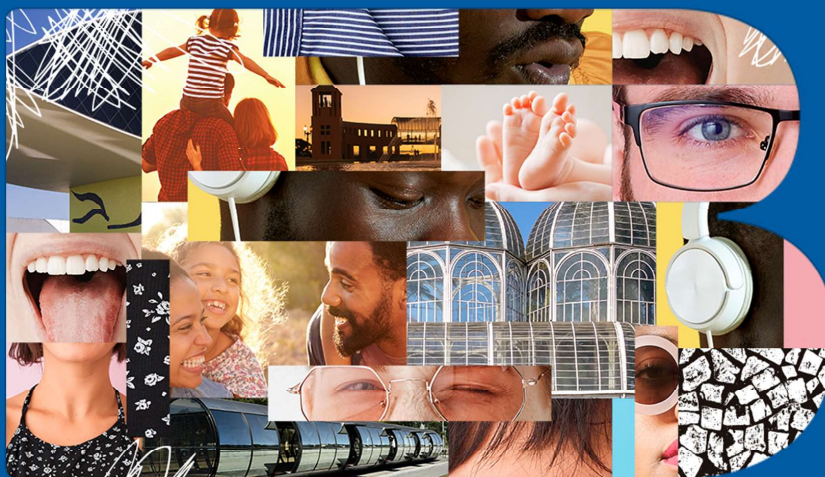
TRIBUNA

CONTEÚDO, PARCERIA E RESULTADO

QUARTA-FEIRA
21 DE MAIO DE 2025



EDIÇÃO
DIGITAL



PUBLICIDADE LEGAL

☎ (4 1) 9 9 9 7 3 7 6 8 8

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

SECIL BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ 12.634.131/0001-00													
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)													
		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado			
Ativos	Nota	2024	2023	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023	2024	2023		
Circulante						Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	7	5.614	5.256	573.230	77.266	Fornecedores	15	-	-	56.441	96.756		
Instrumentos Financeiros	25	-	-	72.976	-	Empréstimos e financiamentos	16	-	-	539.061	210.462		
Contas a receber de clientes	8	-	-	41.125	43.490	Passivos de arrendamento	13	-	-	6.218	8.282		
Estoques	9	-	-	64.152	99.430	Salários e encargos sociais	17	12	29	18.052	14.722		
Impostos a recuperar	10	189	185	12.941	20.084	Impostos a recolher	-	-	-	33.485	42.030		
Partes relacionadas - outros créditos a receber	24	-	-	41	1.305	Adiantamentos de clientes	-	-	-	2.088	1.013		
Outros créditos a receber	-	48	38	6.659	8.195	Instrumentos financeiros derivativos	25	15	12	5.459	39.618		
		5.851	5.479	771.124	249.770	Outras contas a pagar	-	-	-	6.147	7.744		
								27	41	666.951	419.627		
Não circulante						Não circulante							
Impostos a recuperar	10	-	-	44.228	36.833	Empréstimos e financiamentos	16	-	-	605.831	296.495		
Outros créditos a receber	-	-	-	5.978	5.369	Passivos de arrendamento	13	-	-	7.067	3.249		
Investimentos	11	661.946	664.126	-	-	Impostos a recolher	17	-	-	172.769	184.517		
Imobilizado	12	-	-	1.053.213	1.025.764	Impostos diferidos	22	30.236	30.236	47.800	39.271		
Direito de uso dos ativos	13	-	-	11.651	10.025	Provisão para litígios	24	3.400	3.215	22.162	19.913		
Intangível	14	-	-	288.451	288.989	Outras contas a pagar	-	-	-	54	50		
		661.946	664.126	1.403.521	1.366.980			33.636	33.451	855.683	543.495		
						Total do passivo		33.663	33.492	1.522.634	963.122		
						Patrimônio líquido	18						
						Capital social	-	650.884	650.884	650.884	650.884		
						Reservas de capital	-	18.724	18.724	18.724	18.724		
						Hedge de fluxo de caixa controladas	25	(6.226)	(6.226)	(6.226)	(6.226)		
						Prejuízos acumulados	-	(29.248)	(33.495)	(29.248)	(33.495)		
								634.134	636.113	634.134	636.113		
						Total do patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	-						
						Participação de acionistas não controladores	-	-	-	17.877	17.515		
						Total do patrimônio líquido	-	634.134	636.113	652.011	653.628		
Total do ativo		667.797	669.605	2.174.645	1.616.750	Total do passivo e patrimônio líquido		667.797	669.605	2.174.645	1.616.750		
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.													
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)													
	Nota	Capital social	Reserva de capital	Hedge de fluxo de caixa	Prejuízos acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total					
Em 31 de dezembro de 2022		650.884	18.724	-	(11.827)	657.781	18.251	676.032					
Prejuízo do exercício	18	-	-	-	(21.669)	(21.669)	(736)	(22.405)					
Em 31 de dezembro de 2023		650.884	18.724	-	(33.495)	636.113	17.515	653.628					
Hedge de fluxo de caixa	25	-	-	(6.226)	-	(6.226)	215	(6.011)					
Lucro líquido do exercício	18	-	-	-	4.247	4.247	147	4.394					
Em 31 de dezembro de 2024		650.884	18.724	(6.226)	(29.247)	634.134	17.877	652.011					
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.													
Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)													
		Controladora		Consolidado									
	Nota	2024	2023	2024	2023								
Receitas de vendas e serviços	19	-	-	694.033	668.721								
Custo das vendas e dos serviços prestados	20	-	-	(460.991)	(500.182)								
Lucro bruto				233.042	168.539								
(Despesas) receitas operacionais	20	(77)	(180)	(29.921)	(25.577)								
Gerais e administrativas	20	-	-	(97.178)	(88.230)								
Comerciais	20	-	-	(596)	(312)								
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	20	-	-	1.267	6.862								
Outras receitas e despesas, líquidas	20	-	-	-	-								
Resultado de equivalência patrimonial	11	4.047	(21.799)	-	-								
(Prejuízo) lucro antes das despesas financeiras, líquidas e impostos				3.970	(21.979)	106.614		61.282					
Resultado financeiro													
Despesas financeiras	21	(216)	(276)	(189.208)	(125.340)								
Receitas financeiras	21	581	650	101.389	43.077								
Despesas financeiras, líquidas				365	374	(87.819)		(82.263)					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social				4.335	(21.605)	18.795		(20.981)					
Imposto de renda e contribuição social - correntes	22	(88)	(64)	(88)	(64)								
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	22	-	-	(14.314)	(1.407)								
Lucro líquido (prejuízo) do exercício				4.247	(21.669)	4.393		(22.452)					
Atribuível aos acionistas						4.247		(21.669)					
Participação de não controladores						146		(752)					
Prejuízo do exercício						4.393		(22.421)					
Ações em circulação no fim do período (em milhares)						650.884		650.884					
(Prejuízo) lucro líquido por ação do capital social no fim do período - R\$						0,01		(0,03)					
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.													
Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)													
1 Contexto operacional Secil Brasil Empreendimentos e Participações S.A., ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Curitiba, Estado do Paraná. A Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia detém participação acionária na Supremo Cimentos S.A. ("Supremo") e detém o controle indireto da Margem Companhia de Mineração ("Margem"), através da controlada Supremo Cimentos S.A., conjuntamente, definidas como o "Grupo". A Supremo e a Margem têm como atividades preponderantes a fabricação, importação e comercialização de cimentos e seus derivados, bem como prestação de serviços de concretagem, e extração e beneficiamento de calcário, entre outras atividades relacionadas. Situação econômico financeira e planos de negócio do Grupo Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo Consolidado apresentou uma melhora significativa em sua posição de capital circulante, registrando um excesso de ativos circulantes sobre passivos circulantes de R\$ 104.173. Esse resultado representa uma reversão em relação a 31 de dezembro de 2023, quando havia um excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes de R\$ 169.857. Em 2024, a gestão manteve-se focada na redução da pressão de vencimentos de curto prazo, no fortalecimento da posição financeira e na otimização do perfil de													
liquidez, sendo umas das principais estratégia adotada foi o alongamento do perfil da dívida. A captação de uma debenture é um marco importante e estratégico que demonstra o crescimento que o Grupo tem obtido ao longo dos anos, e sua melhora de resultado operacional após os investimentos ocorridos no ano de 2024. Além disso, a maior geração de caixa operacional ao longo do exercício contribuiu positivamente para a melhora na liquidez de curto prazo do Grupo Consolidado. Adicionalmente, destaca-se que o ativo circulante do Grupo apresenta um prazo médio de recebimento entre 30 e 45 dias, enquanto o passivo circulante reflete as obrigações financeiras de curto prazo, incluindo vencimentos de financiamentos dentro do período de 12 meses. A melhora no capital circulante líquido demonstra um equilíbrio financeiro mais favorável, garantindo maior previsibilidade e flexibilidade para a execução da estratégia da companhia em 2025. 2 Base de preparação Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 15 de maio de 2025. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de													
alterar tais demonstrações financeiras. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. 3 Moeda funcional e moeda de apresentação Estas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 4 Uso de estimativas e julgamento Na preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste													
Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)													
		Controladora		Consolidado									
	Nota	2024	2023	2024	2023								
Fluxo de caixa das atividades operacionais						Fluxo de caixa das atividades operacionais							
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		4.335	(21.605)	18.795	(20.981)								
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa						Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa							
Depreciação e exaustão	12	-	-	68.788	65.123								
Depreciação dos ativos de direito de uso	13	-	-	9.920	9.232								
Amortização de ativos intangíveis	14	-	-	2.062	4.214								
Ganho líquido na venda de imobilizado	12	-	-	6.764	9.709								
Impairment Imobilizado	12	-	-	-	15.978								
Provisão para litígios	23	168	243	2.349	2.795								
Juros incorridos sobre empréstimos e arrendamentos	13 e 15	-	-	42.340	40.257								
Variação dos contratos de instrumentos financeiros derivativos	25	-	-	(79.559)	61.747								
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	15	-	-	116.655	(23.696)								
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	8	-	-	596	314								
Provisão para perdas de estoques	9	-	-	161	1.899								
Equivalência patrimonial	11	(4.047)	21.799	-	-								
		456	437	188.871	166.591								
(Aumento) ou redução nos ativos		-	-	1.769	(4.464)								
Contas a receber	-	-	-	25.492	(15.605)								
Estoques	-	-	-	(248)	1.870								
Impostos a recuperar	-	-	-	655	4.527								
Outros créditos a receber	10	12	-	(40.315)	(117)								
Fornecedores	-	-	-	(2.604)	1.280								
Salários e encargos sociais	(17)	(5)	(20.251)	3.974									
Impostos a recolher	-	-	-	1.071	302								
Adiantamentos a clientes	-	-	-	(1.461)	451								
Outras contas a pagar	(3)	(2)	-	-	-								
Caixa líquido gerados pelas (aplicado nas) atividades operacionais				446	378	(35.888)		118.374					
Pagamento de provisões para litígios	24	-	-	(283)	(343)								
Juros pagos	16	-	-	(37.225)	(39.828)								
Imposto de renda e contribuição social pagos	(88)	(64)	(64)	(64)	(64)								
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais				358	314	(73.460)		78.139					
Fluxos de caixa das atividades de investimento						Fluxos de caixa das atividades de investimento							
Aquisição de imobilizado	12	-	-	(70.830)	(69.354)								
Aquisição de intangível	-	-	-	(1.524)	(9.117)								
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento				-	-	(72.354)		(78.471)					
Fluxos de caixa das atividades de financiamento						Fluxos de caixa das atividades de financiamento							
Empréstimos e financiamentos tomados	15	-	-	726.240	131.039								
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos	25	-	-	(35.288)	(62.532)								
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos	25	-	-	5.627	5.627								
Pagamentos de arrendamento mercantil	13	-	-	(12.198)	(12.907)								
Pagamentos de empréstimos	1												

material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 8** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- Nota explicativa 9** - mensuração das perdas por redução ao valor recuperável de estoques;
- Nota explicativa 11C** – teste de imparidade de ágio;
- Nota explicativa 12** - vidas úteis, valor residual do ativo imobilizado e imparidade;
- Nota explicativa 13** - prazos de arrendamento: se o Grupo possui razoável certeza de exercer opções de prorrogação;
- Nota explicativa 22** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota explicativa 24** - reconhecimento e mensuração de provisões para litígios: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota explicativa 25** - mensuração do valor justo e classificação de instrumentos financeiros.

5Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos que são mensurados pelo valor justo.

6Principais políticas materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

a.Base de consolidação

(i)Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das empresas a seguir relacionadas:

Empresas	Controle	2024	2023
Supremo Cimentos S.A.	Direto	96,53%	96,53%
Margem Companhia de Mineração	Indireto	100%	100%

(ii)Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na aquisição pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii)Perda de controle

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii)Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligada. Coligada é aquela entidade na qual a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controlada também são contabilizados com o uso desse método.

(iv)Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

a.Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b.Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor), sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

c.Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de calçário e cimento no curso normal das atividades do Grupo. As contas a receber de clientes são totalmente classificadas no ativo circulante, pois o prazo de recebimento é inferior a um ano.

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou imparidade).

d.Instrumentos financeiros

(i)Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornarem partes das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii)Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as

condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles induzem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

•A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliarem se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitem o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato.

Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

A t i v o s financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

A t i v o s financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Se a Companhia e suas controladas realizarem transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv)Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v)Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui vários contratos indexados em moeda estrangeira e para tanto realizou a contratação de instrumento financeiros para proteção cambial, mensurados ao valor justo.

(vi)Hedge de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de hedge.

A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. O Grupo designa exclusivamente as variações no valor justo do componente à vista ("spot") dos contratos de swap cambial como instrumento de hedge em suas relações de hedge de fluxo de caixa. As variações no componente a termo desses swaps — que correspondem aos diferenciais de taxa de juros entre as moedas — são contabilizadas separadamente como custo do hedge, sendo reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes (ORA) e acumuladas em um componente específico do patrimônio líquido.

Os montantes acumulados na Reserva de Hedge e no componente de Custo do Hedge são reclassificados para o resultado no mesmo período, ou nos períodos, em que os fluxos de caixa futuros cobertos impactarem o resultado, assegurando o alinhamento contábil entre o instrumento de hedge e o item protegido.

Caso o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, ou o instrumento de hedge expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos hedges de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de hedge permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de hedge de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros hedges de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de hedge não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são imediatamente reclassificados para o resultado.

e.Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado". O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem matéria-prima, mão de obra direta, embalagem, outros custos diretos e os respectivos gastos indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização (imparidade), esta é imediatamente reconhecida no resultado.

f.Imobilizado

(i)Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são demonstrados pelo custo histórico menos o valor da depreciação e de qualquer valor não recuperável acumulado. O custo histórico foi ajustado para refletir o custo atribuído dos terrenos, veículos e jazidas minerais na data de transição para os CPC/IFRS.O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

O Grupo inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Quando da comprovação efetiva da viabilidade econômica da exploração comercial de determinada jazida, os correspondentes gastos com estudos e pesquisas minerais incorridos são capitalizados como custo de formação da mina. Os custos com a aquisição de direitos de exploração de minas são capitalizados e amortizados com base na exaustão de minas. Após o início da fase produtiva da mina, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção. A exaustão de recursos minerais é calculada com base na vida útil-econômica estimada que reflete a expectativa da quantidade de minério a ser extraído.

(viii)Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(ix)Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação da jazida é feita em função da quantidade anual extraída (exaurida) de minério, que é estimada em 44 anos. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para reduzir seu custo ao valor realizável através de suas vidas úteis-econômicas que é estimada como segue:

Edificações	40 anos
Jazidas minerais	44 anos
Outros	1-10 anos
Máquinas e equipamentos	18 - 30 anos

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. O Grupo não tem ativos de longo prazo que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

g.Intangível

(i)Software

Compreende custos incorridos para adquirir, preparar e desenvolver os softwares para sua utilização. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de cinco anos a partir da data de início de sua utilização.

(x)Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar alocação de perdas (imparidade). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por imparidade. Perdas por imparidade reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de imparidade. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

(xi)Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil.

h.Redução ao valor recuperável (Imparidade)

(i)Ativos não financeiros, exceto estoques

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (imparidade), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por imparidade na data do balanço.

(xii)Ativos financeiros não-derivativos

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e ativos de contrato. O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são

mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (forward-looking).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

I.Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo integralmente classificados como passivo circulante pois o pagamento é devido no período de até um ano. Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

J.Emprestimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação e demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e os valores de liquidação é reconhecida na demonstração de resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que se tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses após a data do balanço patrimonial.

K.Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

L.Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

(I)Venda de produtos

O reconhecimento da receita baseia-se na venda de calçário, clínquer, cimentos e concretos produzidos pelo grupo. Essas vendas são reconhecidas, em geral, quando o controle sobre o produto é transferido aos clientes, o que normalmente acontece quando os produtos são disponibilizados ao transportador e/ou entregues ao cliente, conforme for o caso.

(XII)Prestação de serviços

As vendas de prestação de serviço de concretagem são feitas substancialmente a prazo, com prazo médio para recebimentos de 30 dias. Essas prestações de serviços de concretagem são reconhecidas quando da prestação de serviço ao cliente.

(xiv)Receita financeira

A receita financeira é reconhecida com base no regime de competência e pelo método da taxa de juros efetiva.

m.Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquida-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

n.Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O Grupo determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

a.Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

b.Despesas de imposto de renda e contribuição social diferida

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

o.Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(I)Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizada ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso que é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo

valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

p.Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.
- Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.
- A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de sobras ou perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMS. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros".

7Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e depósitos bancários em conta corrente	5	1	925	1.355
Aplicações financeiras	5.609	5.255	572.305	75.911
	5.614	5.256	573.230	77.266

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários possuem liquidez imediata e rendimentos atrelados a variações de 80% a 101% do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI) em 2024 e 2023, sem risco de mudança significativa de valor em caso de resgate antecipado.

9Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2024	2023
Contas a receber clientes	45.019	46.788
Provisão para perda estimada de crédito	(3.894)	(3.298)
	41.125	43.490

Existem nas suas Controladas dois contratos de financiamento, com garantias vinculadas a duplicatas a receber, cujo montante das garantias em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 15.000, (R\$25.000 em 31 de dezembro de 2023).

A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Consolidado	
	2024	2023
A vencer	41.012	42.478
Vencidos até 90 dias	1.229	1.822
Vencidos até 180 dias	70	158
Vencidos acima de 180 dias	2.708	2.330
	(3.894)	(3.298)
Provisão para perda estimada de crédito	41.125	43.490

A imparidade para perda por redução ao valor recuperável é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas prováveis nas contas a receber de clientes. A provisão é calculada com base na avaliação individual da situação de cada cliente e na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. A movimentação no período encontra-se apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(3.298)	(794)
Constituições		198
Reversões		(3.894)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(2.984)	(580)
Constituições		266
Reversões		(3.298)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		

11Investimentos

	Controladora	
	2024	2023
Supremo Cimentos S.A.	661.947	664.126
	661.947	664.126

a. As principais informações das participações societárias mantidas estão resumidas a seguir

	Participação no capital social - %		Patrimônio líquido		Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Empresas controladas						
Supremo Cimentos S.A.	96,53	96,53	381.272	383.235	4.046	(21.799)

b. A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada

	Supremo Cimentos S.A.	
	2024	2023
Em 1 de janeiro de 2023	685.924	685.924
Participação nos prejuízos de controlada		664.126
Em 31 de dezembro de 2023	664.126	664.126
Hedge de fluxo de caixa		(6.226)
Participação nos lucros de controlada		4.047
Em 31 de dezembro de 2024	661.947	661.947

c. Teste de imparidade do ágio

A Companhia através de sua controladora efetuou o teste de imparidade para o ágio pago na aquisição do investimento na Supremo (em 2015), referente ao valor justo alocado a participação sobre o ativo intangível (marca Supremo).

Para efeitos da avaliação, considera-se que as marcas possuem uma vida útil indefinida. O modelo utilizado foi de fluxo de caixa descontado para os próximo 5 anos mais o período de perpetuidade.

As premissas chaves utilizadas nos cálculos de fluxo de caixa descontado são:

Descrição:	
Taxa de desconto	9,85%
Volume de vendas (% de crescimento médio ao ano)	1,92%
Preço de venda (% de crescimento médio ao ano)	4,05%
Margem bruta (% de crescimento médio ao ano)	8,61%

O volume de vendas é a média anual da taxa de crescimento no período previsto de cinco anos e a perpetuidade. Ele se baseia no desempenho passado e nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado.

O preço de venda é a média anual da taxa de crescimento no período previsto de cinco anos. Ele se baseia nas atuais tendências do setor e inclui as previsões de inflação para o longo prazo.

A margem bruta é a margem média como uma porcentagem da receita no período previsto de cinco anos. Ela se baseia nos níveis atuais da margem de vendas e no mix de vendas, com ajustes efetuados para refletir os aumentos de produtividade. O Grupo não identificou impairment a ser contabilizado para o ano 2024.

12 Imobilizado

Custo	Consolidado							Imobilizado em andamento	Total
	Terrenos	Jazidas minerais	Edificações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de transporte	Veículos	Outros		
Em 01 de janeiro de 2023	46.068	199.944	387.316	735.769	42.177	293	15.686	30.085	1.457.338
Adições	-	-	107	4.402	8.124	222	2.684	46.349	61.888
Transferência	-	-	(9.312)	(2.339)	-	(111)	(119)	-	(12.861)
Amortiz. (b)	-	-	(6.731)	(9.247)	599	-	-	(8.939)	(15.778)
AVP	-	-	(38)	(90)	-	-	-	-	(128)
PRODEC(a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	46.068	199.944	380.624	735.248	50.872	404	18.294	65.841	1.497.095
Adições	170	-	1.394	3.665	27.038	-	833	67.550	100.650
Transferência	-	-	15.751	71.784	-	-	(135)	(86.271)	(5.485)
AVP	-	-	(260)	(607)	-	-	-	-	(867)
PRODEC(a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	46.238	199.944	397.559	810.090	74.008	404	18.300	44.920	1.591.413
Depreciação e exaustão acumulados	-	(23.255)	(74.639)	(278.655)	(22.834)	(291)	(10.444)	-	(410.118)
Em 01 de janeiro de 2023	-	(4.628)	(10.659)	(45.023)	(3.371)	(17)	(1.809)	-	(65.507)
Depreciação e exaustão	-	(4.628)	(10.659)	(45.023)	(3.371)	(17)	(1.809)	-	(65.507)

										Consolidado							
										2024		2023					
										1.133.657		502.244					
										11.235		1.307					
										1.144.892		506.957					
a. Abaixo apresentamos a abertura do saldo de empréstimos:																	
										Consolidado							
										Circulante		Não circulante		Total			
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2024		2023	
										2024		2023		2			

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Matéria-prima e materiais	-	-	(154.475)	(158.559)
Gastos com pessoal	-	-	(87.723)	(80.364)
Depreciação	-	-	(68.788)	(65.507)
Impairment imobilizado	-	-	-	(15.978)
Direito de uso	-	-	(9.920)	(9.232)
Amortização e exaustão	-	-	(1.377)	(4.214)
Serviços profissionais de terceiros	(77)	(180)	(90.596)	(82.008)
Energia elétrica	-	-	(35.890)	(38.571)
Combustíveis e lubrificantes	-	-	(71.064)	(94.591)
Embalagens e armazenamento	-	-	(22.574)	(20.497)
Manutenção	-	-	(29.910)	(30.049)
Aluguéis	-	-	(5.872)	(5.413)
Seguro patrimoniais	-	-	(6.058)	(4.545)
Outras receitas e despesas operacionais	-	-	(3.372)	2.089
	(77)	(180)	(587.419)	(607.439)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custo das vendas e dos serviços prestados	-	-	(460.991)	(500.182)
Despesas gerais e administrativas	(77)	(180)	(29.921)	(25.577)
Despesas comerciais	-	-	(97.178)	(88.230)
Imparidade para perda por redução ao valor recuperável	-	-	(596)	(312)
Outras receitas/despesas, líquidas	-	-	1.267	6.862

21 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Juros sobre empréstimos	-	-	(42.340)	(38.667)
Juros pagos a fornecedores	-	-	(239)	(76)
Marcação a mercado do swap (despesas)	-	-	-	(62.579)
Variação cambial líquida	-	-	(116.655)	(731)
Provisão AVP Prodec	-	-	-	(528)
Atualização Parana Competitivo	-	-	(9.211)	(10.450)
Tarifas com Contratos Empréstimos	-	-	(7.242)	(2.883)
Desconto Concedido a Clientes	-	-	(685)	(717)
Juros e Multa sobre Tributos	-	-	(1.001)	(28)
Outras despesas financeiras	(216)	(276)	(10.888)	(9.136)
Despesas financeiras	(216)	(276)	(189.208)	(125.340)
Variação cambial líquida	-	-	79.559	23.696
Marcação a mercado do swap líquida	-	-	-	-
Outras receitas financeiras	581	650	21.830	19.381
Receitas financeiras	581	650	101.369	43.077
Despesas financeiras, líquidas	365	374	(67.819)	(82.263)

22 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativo				
AVP PRODEC (depreciação)	-	-	2.594	2.483
Outras diferenças diversas	-	-	14.379	13.790
Imparidade (a)	-	-	4.925	5.433
Hedge Accounting	-	-	3.209	-
Prejuízo fiscal e base negativa	-	-	128.094	127.211
	-	-	151.201	148.917
Passivo				
AVP PRODEC (dívida)	-	-	(430)	(322)
Custo atribuído (b)	-	-	(102.561)	(90.331)
Valor da marca	(30.236)	(30.236)	(30.236)	(30.236)
Diferenças temporárias sobre apuração (diferença entre depreciação fiscal e vida útil)	(30.236)	(30.236)	(199.001)	(188.188)
Passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(30.236)	(30.236)	(47.800)	(39.271)

(a) Reconhecimento de imposto diferido referente à imparidade constituída dos ativos da Controlada.

(b) Custo Atribuído da controladora Margem Companhia de Mineração

b. Conciliação da despesa para imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	4.335	(21.605)	18.795	(20.981)
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social - %	34	34	34	34
	(1.474)	7.346	(6.390)	7.133

Efeitos fiscais sobre adições e exclusões

Equivalência patrimonial	1.375	7.411	-	-
Despesas indutíveis	11	1	(14.379)	(17.153)
Prejuízo fiscal	-	-	6.367	8.549
Imposto de renda e contribuição social reconhecido no resultado	(88)	(64)	(14.402)	(1.471)
Corrente	(88)	(64)	(88)	(64)
Diferido	-	-	(14.314)	(1.407)

Baseado na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, suportado por estudos técnicos preparados pela administração, foram constituídos créditos tributários diferidos ativos sobre saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias. Com base na evolução da controlada a Administração iniciou em 2021 a utilização dos créditos diferidos, com a expectativa de que a realização integral ocorra até 2032. Na Controlada não houve reconhecimento de impostos diferidos ativos.

23 Transações com partes relacionadas

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

a. Transações

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativo				
Outras contas a receber	-	-	41	1.304
Socil - Companhia Geral de Cal e Cimento S.A.	-	-	41	1.304
Passivo				
Fornecedores	-	-	408	26.302
Socil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A	-	-	408	26.302

As compras de matérias-primas e mercadorias são realizadas com base na tabela de vendas vigente na data da transação, com prazo de pagamento específico para cada tipo de produto e/ou fornecedor.

a. Remuneração do pessoal-chave da administração

A Companhia teve custos com remuneração aos administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 3.192 nas controladas (Em 2023 no montante de R\$ 2.402). Não houve pagamento de honorários da controladora.

24 Provisão para litígios

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos cíveis, trabalhistas e tributários em andamento, e estão discutindo estas questões na esfera administrativa bem como judicial. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais para fazer frente à parte das obrigações. Para aquelas ações cujas probabilidades de perdas, com base na opinião dos seus advogados, foram consideradas prováveis, a administração reconheceu provisão para contingências conforme apresentado a seguir:

	Consolidado			
	2024	2023	2024	2023
Cíveis	5.828	5.304	5.828	5.304
Trabalhistas	3.378	3.978	3.378	3.978
Previdenciário	2.162	19.913	2.162	19.913
Tributárias	-	-	-	-

Movimentação das provisões no consolidado

	Cíveis	Tributária	Trabalhista	Previdenciário	Total
Saldo em 01/01/2024	7.726	8.747	3.062	378	19.913
Constituição de provisão	1.804	185	3.315	-	5.304
Reversão de provisão	(1.674)	-	(1.098)	-	(2.772)
Pagamentos	(29)	-	(254)	-	(283)
Saldo em 31/12/2024	7.827	8.932	5.025	378	22.162
Saldo em 01/01/2023	7.746	7.861	1.376	378	17.118
Constituição de provisão	-	886	3.656	-	4.785
Reversão de provisão	-	-	(1.647)	-	(1.647)
Pagamentos	(20)	-	(323)	-	(343)
Saldo em 31/12/2023	7.726	8.747	3.062	378	19.913

A natureza das contingências pode ser resumida como segue:

•Contingências trabalhistas - estão relacionadas às reclamações movidas por ex- empregados e ex-empregados do Grupo relativo a questões de verbas rescisórias, salariais, enquadramentos. O valor do depósito judicial (R\$ 378, saldo em 31 de dezembro de 2024 e 2023) refere-se a mandado de segurança impetrado pela Controlada Supremo questionando o valor da alíquota do Fator Acidentário Previdenciário (FAT). Os depósitos judiciais estão apresentados no balanço na rubrica outros créditos a receber no ativo não circulante.

•Contingências cíveis - as principais ações estão relacionadas a reclamações sobre danos materiais e/ou morais.

•Contingências tributárias – a principal ação está relacionada a PerComp não homologada junto à Receita Federal. Para aquelas ações cujos riscos de perdas foram avaliados como possíveis, o Grupo não constituiu provisão para contingências. A posição das contingências possíveis pode ser assim apresentada:

	Consolidado	
	2024	2023
Contingências possíveis	51	678
Tributária	11.822	7.000
Trabalhistas	13.271	10.354

25 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	2024				2023
		Valor justo Instrumentos de hedging	Mensurados ao custo amortizado	Outros passivos financeiros	Saldo contábil	
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Caixa e bancos	7	-	5	-	5	1
Aplicações financeiras	7	-	5.609	-	5.609	5.255
Passivos financeiros						
Outras contas a pagar	-	-	15	-	15	12

	Nota	2024				2023
		Valor justo Instrumentos derivativos	Mensurados ao custo amortizado	Outros passivos financeiros	Saldo contábil	
Ativos financeiros						
Instrumentos financeiros derivativos		72.976	-	-	72.976	-
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Caixa e bancos	7	-	925	-	925	1.355
Aplicações financeiras	7	-	572.305	-	572.305	75.911
Contas a receber de clientes	8	-	41.125	-	41.125	43.490
Partes relacionadas	24	-	41	-	41	1.305
Outras contas a receber	-	-	6.611	-	6.611	8.195

	Nota	2024				2023
		Valor justo Instrumentos derivativos	Mensurados ao custo amortizado	Outros passivos financeiros	Saldo contábil	
Passivos financeiros mensurados ao valor justo						
Instrumentos financeiros derivativos	26(f) (i)	5.459	-	-	5.459	38.618
Passivos financeiros						
Fornecedores	15	-	-	56.441	56.441	96.756
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	1.144.892	1.144.892	506.957
Outras contas a pagar	-	-	-	6.133	6.133	7.794
Passivos de arrendamento	17	-	-	13.285	13.285	11.531

Banco	Objeto Proteção	Moeda	2024					
			Consolidado		Alteração no valor Instrumento de hedge reconhecidas em ORA (**)		Pagamentos	Recebimentos
			Notional BRL	Valor em moeda estrangeira	Valor Justo	Ganho (Perda)		
Capital Giro	Empréstimos	USD	(562.809)	(102.144)	42.664	(9.433)	78.598	(25.064)
Capital Giro	Empréstimos	EUR	(184.174)	933.549	24.853	-	27.167	(2.570)
Capital Giro	Empréstimos	USD	(168.572)	(29.256)	-	-	3.455	(7.654)
(*)			(746.983)	(135.693)	67.517	(9.433)	109.220	(35.288)

(*) Contratos liquidados em durante 2024, portanto, sem valor justo em 31 de dezembro de 2024

(**) Sobre a atualização do instrumento de hedge reconhecido em ORA, houve tributação diferida de imposto de renda e de contribuição social no montante de R\$ 3.209, conforme nota explicativa 21. Portanto o valor líquido demonstrado na DRE é de R\$ 6.226 .

Banco	Objeto Proteção	Moeda	2023					
			Consolidado		Alteração no valor Instrumento de hedge reconhecidas em ORA (**)		Pagamentos	Recebimentos
			Notional BRL	Valor em moeda estrangeira	Valor Justo	Ganho (Perda)		
Capital Giro	Empréstimos	USD	(280.530)	(39.144)	(30.521)	(42.744)	(36.268)	-
Capital Giro	Empréstimos	EUR	(168.572)	(29.256)	(8.097)	(15.586)	(24.029)	-
Giro (*)	Empréstimos	EUR	(125.317)	(21.000)	-	(4.249)	(2.235)	-
			(574.419)	(99.400)	(38.618)	(62.579)	(62.532)	-

(*) Contratos liquidados em durante 2023, portanto, sem valor justo em 31 de dezembro de 2023.

c. Mensuração do valor justo

(i) Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

O valor justo dos contratos a termo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e cálculos de valor presente baseados em curvas de rendimento de investimentos com alta qualidade de crédito nas respectivas moedas contratadas. Os processos de avaliação estão descritos na nota explicativa

d. Gerenciamento de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e se reporta regularmente ao Conselho de Administração. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos, para definir limites e controles e para monitorar riscos e aderência aos limites. Essas políticas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia que, através de suas normas e procedimentos de gerenciamento, desenvolve um ambiente de controle disciplinado e construtivo. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

•Risco de crédito

•Risco de liquidez

•Risco de mercado

Essa nota apresenta informações sobre os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, o gerenciamento de capital e a exposição a cada um dos riscos supramencionados. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras da Companhia.

e.Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e de aplicações financeiras.

(i) Aplicações financeiras

A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em aplicações atualizadas pela taxa CDI. A administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia tenha investido apenas em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) emitidos por instituições financeiras de primeira linha. Não se espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

(ii) Contas a receber de clientes e outros créditos

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos. A administração da Companhia gerencia o risco de crédito através de análises da razoabilidade dos limites de créditos atribuídos aos seus clientes, o que leva em conta a análise da situação econômico e financeira dos mesmos e o histórico de inadimplência.

f.Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades de cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, os quais são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre possua liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais ou em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos, sem causar perdas inaceitáveis ou riscos de prejuízo à reputação da Companhia.

A administração da Companhia gerencia o risco de liquidez através de monitoramento do fluxo de caixa das atividades operacionais, de investimentos e de financiamento, buscando quando necessário, alternativas para obtenção de recursos financeiros junto aos acionistas ou através de recursos de terceiros. A fim de equacionar a situação de capital circulante líquido negativo, a administração vem negociando o alongamento do perfil da dívida junto a instituições financeiras. A seguir, estão as exposições contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados,

CAOS NA SERRA

BR-277 é liberada após horas de interdição; fila chegou a 20 km

Bárbara Schiontek
barbarasc@tribunadoparana.com.br

Interditada desde a madrugada de ontem, a BR-277, na região de Morretes, no litoral do Paraná, foi liberada por volta das 14h25. A rodovia estava bloqueada nos sentidos Curitiba e litoral após um grave acidente envolvendo dois caminhões.

No início da tarde, como informou a EPR Litoral Pioneiro, concessionária que administra o trecho, a faixa 1 da pista sentido litoral estava totalmente liberada, mas a faixa 2 e o acostamento seguiam interditados. Em atualização às 18h15, a PRF confirmou a liberação total das pistas, para Curitiba e litoral.

Durante a tarde a EPR registrou 24 quilômetros de congestionamento no sentido Litoral e 23 quilômetros de congestionamento no sentido Curitiba.



Divulgação

Problema nos freios

O acidente aconteceu no km 39, em Morretes. Uma carreta estava carregada com soja e a outra com etanol. Apesar da gravidade da colisão, ninguém ficou ferido. A BR-277 foi

interditada por conta do vazamento das cargas dos dois caminhões. Por se tratar de carga altamente inflamável, existia risco de explosão no local.

Conforme informações da Polícia Rodoviária Fe-

deral (PRF), o caminhão carregado com soja sofreu uma pane no sistema de freios enquanto trafegava por um trecho de serra. O veículo colidiu na traseira do caminhão-tanque que transportava etanol.

FALECIMENTOS

Carlos Lada, 86 anos, sepultamento hoje.
Olívio Alves dos Santos, 82 anos, sepultamento hoje.

Erondina dos Santos

Pereira, 91 anos, sepultamento hoje.

Jamir Soares, 49 anos, sepultamento hoje.

Carloberte David Roque, 75 anos, sepultamento hoje.

Myoko Iano, 96 anos, sepultamento hoje.

Oscar Alcindo Arnold, 90 anos, sepultamento hoje.

Maria Mathildes Cosloski Megger, 91 anos, sepultamento hoje.

Ricardo Lopes, 45 anos, sepultamento hoje.

Maria Andrioli Palenske, 93 anos, sepultamento hoje.

Irma Viero da Silveira, 97 anos, sepultamento hoje.

João Sérgio de Andrade, 74 anos, sepultamento hoje.

Scheila Aparecida da Silva Machado, 44 anos, sepultamento hoje.

João Carlos Andrade, 64 anos, sepultamento hoje.

Josélia Konig Cobalchini, 85 anos, sepultamento hoje.

Hélio Renoud, 82 anos, sepultamento hoje.

José Admir Duarte, 69 anos, sepultamento hoje.

William José Moro, 24 anos, sepultamento hoje.

Roberto Gazabin, 83 anos, sepultamento hoje.

Valdemar Francisco Coelho, 70 anos, sepultamento hoje.

Aroldo Cândido da Silva, 86 anos, sepultamento hoje.

Sandra Regina

Bianchessi, 61 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Jardim da Saudade.

Cátia Regina Nunes de Lima, 63 anos, sepultamento hoje.

Fernando Alves de Oliveira, 46 anos, sepultamento hoje.

Adolpho Knopik, 96 anos, sepultamento hoje.

Perciliana Firmino de Oliveira, 63 anos, sepultamento hoje.

Lauri Rodrigues Machado, 66 anos, sepultamento hoje.

ATAS E EDITAIS

Acesse pelo link
www.tribunapr.com.br/publicidade-legal/

RÁDIO E TELEVISÃO IGUAÇU S/A
CNPJ/MF Nº 76.600.188/0001-70
NIRE Nº 41300052166

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convocados os Srs. Acionistas da Rádio e Televisão Iguaçu S/A para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a se realizar em 02 de junho de 2025, às 14:00 horas, na sede da companhia, no endereço sito à Rua Antônio Parolin Junior, nº 355, Bairro Parolin, CEP: 80220-350, Curitiba-PR, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024;
- Destinação do resultado do exercício findo de 2024;
- Eleição da Diretoria;
- Outros assuntos de interesse social.

Comunicamos que os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6.404/76, com as alterações da Lei nº 10.303/2001, alusivos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram publicados na versão digital do Jornal "Tribuna do Paraná", na Edição do dia 30 de abril de 2025, página 11, conforme previsto pelo Art. 133, §5º, da Lei 6.404/76. Outrossim, caso seja do interesse dos senhores acionistas, tais documentos estarão também disponíveis na recepção da sede da empresa para análise em horário comercial.

Curitiba, 21 de maio de 2025.

Carlos Roberto Massa
- Diretor Presidente -

Anuncie suas
atas e editais
aqui, ligue:

(41) 3515-8731

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

TRIBUNA

Anuncie suas **atas e editais** aqui, ligue:

(41) 3515-8731

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

**TRI
BU
NA**

Esta página faz parte da edição 100% digital produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**

TBR210525D.pdf

Código do documento 6e8b318c-b2e0-4aac-8550-3a1cb4c1fcc7



Assinaturas



EDITORA O ESTADO DO PARANA SA:76568708000105
Certificado Digital
tppubleg@tribunadoparana.com.br
Assinou

Eventos do documento

20 May 2025, 22:53:06

Documento 6e8b318c-b2e0-4aac-8550-3a1cb4c1fcc7 **criado** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email:tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE_ATOM: 2025-05-20T22:53:06-03:00

20 May 2025, 22:54:53

Assinaturas **iniciadas** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE_ATOM: 2025-05-20T22:54:53-03:00

20 May 2025, 22:58:48

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA O ESTADO DO PARANA SA:76568708000105
Assinou Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. IP: 191.177.142.5 (bfb18e05.virtua.com.br porta: 11562).
Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Certisign Certificadora Digital S.A.,OU=AC Certisign Multipla G7,OU=A1,CN=EDITORA O ESTADO DO PARANA SA:76568708000105. - DATE_ATOM: 2025-05-20T22:58:48-03:00

Hash do documento original

(SHA256):73256be61315331e5971d4b5a1f16021843582aded15b8119bd0f357c9374f0a
(SHA512):12cf2c560f853ce1094ed557d7bae3500a0c582dc70caa7c6c3ef536a9924c2e171609e8297e68e2f1276f7c59fbbca24015e800fdab110f1a7b2d9079486eff

Hash do documento anexo

(SHA256):8d6045fff07e525d1683b6e5260321a40b4667339ead46111d79e67b931e2896
(SHA512):5be749a0910beea292c18214a1b6c539d5ff8c02e33288f81e6d88de431fd8c319e24900f178bd9252624c36725ca46dfb07315abdb3ede57fb549bdc362368d

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign
Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.

